

## O advento do neoliberalismo no mundo e a sociedade civil brasileira dos anos 80

João Braga Arêas <sup>1</sup>

Resumo: O artigo traça um panorama do projeto político neoliberal e de sua disseminação pelo mundo. Também analisa as principais organizações da sociedade civil brasileira dos anos 80 que se empenharam pela construção de um consenso neoliberal, bem como das entidades vinculadas às classes trabalhadoras e às esquerdas em geral que tinham perspectivas contra-hegemônicas.

Palavras chave: projeto político neoliberal; sociedade civil: perspectivas contra-hegemônicas.

Resumen: El artículo hace un panorama del proyecto político neoliberal y de suya diseminación por el mundo. También procura analizar las principales organizaciones de la sociedad civil brasileña de los años ochenta que se empenñaron por la construcción de un consenso neoliberal, así como las entidades próximas a las clases trabajadoras e a las izquierdas em general que tenían perspectivas contra-hegemónicas.

Palabras clave: proyecto político neoliberal; sociedad civil brasileña; perspectivas contra-hegemónicas.

### I - O avanço do Neoliberalismo no mundo

O avanço do neoliberalismo no mundo está profundamente relacionado às transformações que ocorriam no âmbito do capital – mundialização, financeirização e reestruturação produtiva – e ao cenário recessivo do início dos anos setenta. Como registrava em janeiro de 1977 a *Business International Corporation*, uma das maiores empresas de consultoria do mundo, a era “de crescimento econômico descomunalmente rápido provavelmente chegou ao fim”. Estatísticas da Organização Mundial do Comércio não deixavam dúvidas: entre 1963-1973, o crescimento da economia mundial era superior a 7%; entre 1973-1990, caiu para 3%; entre 1990-1999, era pouco mais de 2%. Nesse ambiente, idéias neoliberais formuladas no pós-Segunda Guerra Mundial – com destaque ao livro de Friedrich Hayek, “O caminho da Servidão”, de 1944 – ganhariam mais espaço. O fato do prêmio Nobel de Economia ter sido dado a Hayek em 1974 e dois anos depois a Milton

---

<sup>1</sup> Professor do Colégio Pedro II (Unidade São Cristovão II) e do Município de Duque de Caxias. Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente, está em fase de conclusão do doutorado na mesma instituição.

Friedman, outro grande ideólogo neoliberal, ilustra a notoriedade que tais idéias vinham obtendo.<sup>2</sup>

Os neoliberais questionavam o cenário de grande intervencionismo estatal ou o que Francisco Oliveira denominou de “mercado institucionalmente regulado”. Em alguns países capitalistas centrais, a intervenção do Estado ganhou enorme abrangência, subsidiando a acumulação de capital e a reprodução da força de trabalho. A ação estatal em apoio ao capital se dava através da destinação de recursos para ciência e tecnologia, empréstimos a juros subsidiados aos setores de ponta, suporte à agricultura e exportação, subsídios diversos para a produção, dentre outros auxílios. A reprodução da força de trabalho era financiada pelo Estado através de uma série de gastos sociais, como medicina e saúde universais, seguro-desemprego e subsídios para o transporte e lazer. Tal ação estatal configurava um salário indireto, liberando o salário para o consumo de bens, principalmente duráveis.<sup>3</sup>

É importante destacar que essas políticas de Welfare State, em especial os gastos sociais, não se generalizaram entre os países capitalistas, mantendo-se restringidas a alguns dos países centrais. Além disso, não resultaram de uma “dádiva” dos Estados, mas sim de longas lutas e conquistas populares. Seriam justamente esses gastos sociais (salário indireto) que os neoliberais atacariam, enquanto as políticas de subsídio ao capital seriam mantidas.

Segundo Hobsbawm, as operações capitalistas das “décadas de crise” (principalmente pós-1973) haviam se tornado “incontroláveis”; as políticas de governo pareciam não funcionar mais. O Estado tinha sua capacidade de regulação das atividades econômicas reduzida. Esse processo está ligado à mundialização do capital e à transnacionalização do processo produtivo (deslocamento de unidades produtivas para outros países). Em meados dos anos 70, em um cenário cada vez mais oligopolizado, as

---

<sup>2</sup> Apud CHOMSKY, Noam e DIETERICH, Heinz. *A sociedade global*. Blumenau: EDIFURB, 1999, p.77.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Francisco. *Os direitos do antivalor*, a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998, p.20 e 21.

grandes empresas passaram a ampliar seus investimentos externos, que iam sendo cada vez maiores que as aplicações domésticas.<sup>4</sup>

Essa desterritorialização dos investimentos e dissociação das economias de origem levada a cabo pelo capital resultou na fragilização dos Estados nacionais, que perdiam recursos fiscais, mas mantinham-se subsidiando as empresas e a força de trabalho. Nos países centrais, ocorria “desarranjo” entre demandas sociais e diminuição da capacidade de receita dos governos em virtude do deslocamento de unidades produtivas para países periféricos. Os resultados foram crescentes déficits públicos e inflação, que reforçariam as críticas neoliberais contra os gastos estatais.<sup>5</sup>

A mundialização das finanças também contribuiu para a fragilização dos Estados nacionais. O capital financeiro passou a ter alto grau de mobilidade, atuando nos principais mercados do mundo. Para que isso fosse possível, segundo Chesnais, “foi necessário que os Estados mais poderosos decidissem liberar o movimento de capitais e desregular e desbloquear seus sistemas financeiros”. Enquanto o capital financeiro passava a circular em escala planetária sem entraves, os Estados nacionais tinham sua capacidade de controle sobre as atividades econômicas reduzida.<sup>6</sup>

Além da mundialização e financeirização do capital, começou a ocorrer, com mais clareza a partir de meados dos anos 70, o processo de reestruturação produtiva, que engendrou novas formas de gerenciamento do trabalho e da produção. Alguns dos aspectos dessas transformações foram: polivalência dos operários, que passam a operar várias máquinas e também a inspecionar a “qualidade” do processo produtivo; produção voltada para a demanda (*just in time*); “horizontalização” da produção, que levou à redução da produção no âmbito das montadoras, estendendo-a às subcontratadas (“terceirização”);

---

<sup>4</sup> HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.p.398; CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.p.299.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Francisco. *Os direitos...*op.cit., p.64.

<sup>6</sup> CHESNAIS, François. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.p.35.

maior utilização da informática, microeletrônica, telecomunicações e robótica. A reestruturação produtiva demandou direitos trabalhistas “flexíveis” – em concordância com as pregações neoliberais – levando a ampliação de horas extras.<sup>7</sup>

A reestruturação produtiva gerou crescente eliminação da força de trabalho humana. Conforme Dreifuss, “milhões de postos de emprego se tornam obsoletos e irrecuperáveis, num processo aceleradíssimo de geração do ‘desemprego estrutural’, tanto na linha de produção (onde é muito óbvia) quanto nos serviços”. Como resultado, ampliou-se a heterogeneidade dos trabalhadores: tem-se trabalhadores “estáveis”, desempregados, temporários e/ou precarizados, trabalhadores do setor “informal”. Tal configuração do trabalho, somada ao fato dos operários não estarem mais reunidos em grande número em uma fábrica em virtude da terceirização, levou ao crescente enfraquecimento da luta dos trabalhadores e dos sindicatos, cujo aspecto mais visível foi a queda na sindicalização e no número de greves. Essa diminuição da força do movimento dos trabalhadores foi reforçada com a crise dos países do bloco socialista, acarretando perda das referências ideológicas tradicionais.<sup>8</sup>

A fragilização dos sindicatos foi importante para os governos neoliberais, posto que os trabalhadores eram os principais prejudicados com tais políticas e a estes caberia, portanto, a tarefa de combatê-las. Não foi por acaso que os governos neoliberais elegeram como inimigos os sindicatos e demais associações das classes subalternas. A derrota imposta pelo governo Reagan aos controladores de voo, que faziam longa greve em 1981 e a vitória do governo Thatcher contra os mineiros nas greves de 1984-85, que resultou no fechamento das minas de carvão, são símbolos da truculência de então.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> ANTUNES, Ricardo. *Adens ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1997.p.34.

<sup>8</sup> DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades*. Petrópolis: Vozes, 1996.p.36.

<sup>9</sup> HARVEY, David. *O neoliberalismo, história e implicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p.34.

Se as classes subalternas são as principais prejudicadas com as políticas neoliberais, quais frações de classe seriam beneficiadas? Para obter a resposta, é preciso considerar qual era o “receituário” pregado pelo neoliberalismo: redução da atividade reguladora do Estado, privatizações de empresas estatais, abertura ao capital internacional, eliminação de tarifas protecionistas, ampla liberdade ao capital financeiro, “disciplina” orçamentária ou “austeridade” fiscal, corte de gastos públicos, em especial os referentes às áreas sociais, reestruturação do sistema previdenciário, redução de impostos sobre os rendimentos mais altos, de modo a estimular os “agentes econômicos” a (supostamente) investirem e aprovação de leis repressivas contra a atividade sindical. Para Décio Saes, toda ação estatal voltada para o desmonte das políticas voltadas para a “independência econômica nacional”, bem-estar social, instauração de pleno emprego e “mediação dos conflitos socioeconômicos” podem ser consideradas neoliberais.<sup>10</sup>

As políticas neoliberais exaltam as virtudes do “mercado”, da “livre-iniciativa” e da “concorrência”, visando destruir os mecanismos não mercantis de regulação da vida social, como legislação trabalhista. Abrem novas oportunidades de investimento para o capital, uma vez que atividades antes administradas ou reguladas pelo Estado são transferidas para a esfera empresarial.

As políticas sociais neoliberais tendem a se focalizar nos setores mais miseráveis da população, em ações de cunho “filantrópico”, com envolvimento de ONGs, não tendo como objetivo universalizar a seguridade social. Direitos e demandas anteriormente consideradas de alçada pública tendem a ser vistos como questões individuais. Marilena Chauí entende o neoliberalismo como encolhimento do espaço público e alargamento do

---

<sup>10</sup> ANDERSON, Perry. “Balço do neoliberalismo” IN SADER, E. e GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.p.1; SAES, Décio. *A República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2002.p.82.

espaço privado, ressaltando como tal processo incide diretamente nas relações de sociabilidade, que passam a se centrar no individualismo.<sup>11</sup>

O programa neoliberal foi adotado por diversos países, cujos carros-chefe foram Inglaterra, sob governo Thatcher (1979), e Estados Unidos, com Reagan (1980), sem deixar de mencionar a pioneira experiência chilena, sob a liderança do ditador Pinochet (1973). Conforme Perry Anderson, o neoliberalismo teve um “segundo alento”, sendo abraçado pela Suécia (1991), Itália (1994) e países que haviam feito parte do bloco soviético (1989-1991), como República Tcheca e Polônia. Finalmente, a América Latina foi a “terceira grande cena de experimentações neoliberais”, com governos da Bolívia (1985), México (1988), Argentina e Peru (1989), Venezuela e Colômbia (1990), dentre outros. Mesmo governos mais “progressistas” terminaram por seguir políticas neoliberais.<sup>12</sup> Ressaltamos: o neoliberalismo não surgiu meramente da vontade de alguns governantes, como Thatcher e Reagan, uma vez que estava profundamente imbricado com as transformações do capital (mundialização, financeirização e reestruturação produtiva) nos países centrais, e questões relacionadas à “crise da dívida externa” dos países de terceiro mundo, como veremos mais adiante.

As políticas neoliberais contemplam diferentes interesses das diversas frações das classes dominantes. Pode-se afirmar que a redução salarial, desregulamentação do mercado de trabalho e a diminuição dos direitos sociais atendem aos interesses de todo o conjunto da burguesia. A abertura econômica e a desregulamentação financeira agradam as frações ligadas ao capital internacional (financeiro e produtivo), mas podem prejudicar grupos empresariais sem condições de competir com as corporações transnacionais. A política de cortes de subsídios à produção e a elevação da taxa de juros feita com o objetivo de atrair investimentos financeiros internacionais tendem a contrariar frações da burguesia industrial, interessadas

---

<sup>11</sup> CHAUI, Marilena. *Simulacro e poder*, uma análise da mídia. São Paulo: Perseu Abramo, 2006, p.69.

<sup>12</sup> ANDERSON, Perry. “Balço...op. cit., p.17-20.

nos subsídios estatais e nos empréstimos a juros baixos. Nesse sentido, a política neoliberal contempla fundamentalmente os interesses do capital financeiro internacional, na medida em que todas as medidas preconizadas pelo neoliberalismo coincidem com as suas demandas.<sup>13</sup>

De maneira geral, são apontados como resultados das políticas neoliberais: o controle da inflação e a recuperação dos lucros empresariais, sem que se tenha resgatado as taxas de lucros dos anos 50 e 60. O neoliberalismo gerou condições para veloz ampliação das atividades do capital financeiro, que Perry Anderson chama de “operações puramente parasitárias”, uma vez que essa fração do capital procura se valorizar não gerando novos investimentos produtivos. Os governos neoliberais também contribuíram para a fragilização dos sindicatos e para um sensível aumento do desemprego e das desigualdades sociais.<sup>14</sup>

A adoção de políticas neoliberais na América Latina tem relação com o endividamento desses países nos anos 60 e 70. Empréstimos internacionais eram apresentados aos países como reais vias de desenvolvimento. O crédito farto e barato era oferecido – a juros flutuantes – por bancos privados internacionais, que visavam reciclar a renda petrolífera. Assim, países como México e Brasil tinham altas taxas de crescimento econômico, às custas de um veloz endividamento externo.

Em meados dos anos 70, começa a explodir a “crise da dívida” dos países de terceiro mundo. O cenário era de “segundo choque do petróleo”, queda no preço das matérias-primas, alterações na política monetária dos EUA e o aumento das taxas de juros. Segundo Chesnais, “a multiplicação por três e mesmo por quatro das taxas de juros, pelas quais as somas emprestadas deviam ser reembolsadas, precipitou a crise da dívida do Terceiro Mundo, cujo primeiro episódio foi a crise mexicana de 1982”. No caso do Brasil, os juros

---

<sup>13</sup> BOITO JUNIOR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.p.51.

<sup>14</sup> ANDERSON, Perry. “Balança...op.cit.p.16.

internacionais subiram de um patamar de 1%-1,5% ao ano para 8% entre 1978 e 1980. A dívida externa brasileira teve um acréscimo de US\$ 10 a 16 bilhões entre 1979 e 1982.<sup>15</sup>

Foi nesse contexto que o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) ampliaram sua presença na América Latina. Essas duas instituições, cuja ascendência norte-americana é notória (os EUA tem inclusive de poder de veto), passaram a condicionar novos empréstimos à aplicação de determinadas políticas econômicas de “ajuste estrutural”: as mesmas do “receituário” neoliberal vistas acima. O ajuste fiscal, a redução de investimentos e o aumento de superávits primários cobrados pelo FMI e BM visavam canalizar recursos para o pagamento e rolagem de dívidas públicas internas e externas. Segundo Câmara e Salama, “o serviço da dívida representará entre 2% e 5% do conjunto da riqueza produzida (PIB), dependendo do país e dos anos, isto é mais do que foi imposto à Alemanha depois da Primeira Guerra Mundial pelo Tratado de Versalhes, a título de indenização de guerra”. Margaret Thatcher, em declaração de 1983, resumiu com precisão a perspectiva dos países centrais: “se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas, vendam suas riquezas, territórios, fábricas”.<sup>16</sup>

Porém, o poder de imposição de certas agendas políticas por parte dessas instituições internacionais não deve fazer com que se desconsidere o seu papel intelectual e sua influência ideológica. Um exemplo disso é o Instituto Banco Mundial, criado pelo BM, com apoio das Fundações Rockefeller e Ford. O Instituto Banco Mundial oferece diversos cursos com o objetivo de formar quadros técnicos e políticos para atuarem em seus países de origem na elaboração da política econômica doméstica. Muitos dos diplomados do Instituto Banco

---

<sup>15</sup> CHESNAIS, François. *A finança...* op.cit.p.40, ALMEIDA, Gelson Rozentino. *História de uma década quase perdida: 1979-1989*. Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000.p.37.

<sup>16</sup> CAMARA, Mamadou e SALAMA, Pierre. A inserção dos países em desenvolvimento na mundialização financeira IN CHESNAIS, François. *A finança...* op.cit.p.213; apud RAMOS, Roberto. *O âncora e o neoliberalismo: privatização do sentido*. Porto Alegre: Evangraf, 2007.p.32.



Mundial viriam a atuar como primeiros-ministros, ministros da Fazenda e do Planejamento em diversas partes do mundo.<sup>17</sup>

No final de 1989, o neoliberalismo foi reforçado por um encontro na capital dos Estados Unidos promovido, de acordo com João Márcio Pereira, pela “cúpula da rede de poder político, financeiro e intelectual do complexo Washigton-Wall Street”: Departamento do Tesouro, BM, FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), USAID e principais *think tanks* estadunidenses. O encontro ocorreu com o objetivo de discutir políticas econômicas para América Latina e Caribe. O receituário, que foi compilado por John Williamson e ficou conhecido como “Consenso Washington”, reafirmava as prescrições do FMI e as políticas neoliberais. O consenso expressava “o fim da tolerância de Washington com um mundo de capitalismo nacionais e o assalto do capital contra o conjunto de direitos sociais e trabalhistas forjados no pós-guerra”.<sup>18</sup>

Antes de concluirmos essas considerações sobre o neoliberalismo e seu advento em diferentes regiões do mundo, faremos algumas observações sobre a noção de “Estado Mínimo” que costuma estar associada às políticas neoliberais.

Ressaltamos que o neoliberalismo não representou uma simples redução do Estado. Na verdade, o neoliberalismo representa mais uma reformulação ou redirecionamento da ação estatal em favor do grande capital, em especial, do capital financeiro, e uma “depuração” de qualquer conteúdo popular e universalizante que estaria presente no aparelho de Estado. Como enfatiza Emir Sader, o capital continuou sendo amplamente amparado com subsídios, incentivos, créditos, tarifas públicas subsidiadas, perdão de dívidas, obras de infra-estrutura e financiamento de pesquisas científicas para apoiar a acumulação, enquanto as políticas

---

<sup>17</sup> PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco como ator político, intelectual e financeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.p.68.

<sup>18</sup> PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco...op.cit.*, p.275 e 278.

sociais deterioravam-se. “Por isso, falamos de Estado mini-max: máximo para o capital, mínimo para o trabalho”.<sup>19</sup>

Os Estados Unidos ilustram como não se pode considerar o neoliberalismo como mera diminuição do Estado e ação do “livre-mercado”. Reagan, ícone neoliberal, adotou amplas restrições às importações e, segundo a revista *Foreign Affairs*, deu “a maior guinada protecionista desde a década de 1930”. O governo Reagan procurou limitar a presença de empresas estrangeiras nos EUA: em 1986, quando foi banida a aquisição da *Fairchild Semiconductores* pela japonesa *Fujitsu*. A adesão à “livre-concorrência” não impediu o governo Reagan de manter os subsídios à agricultura: em 1987, 40% da receita bruta dos produtores agrícolas estadunidenses provinham da ajuda estatal (em 1990, os subsídios agrícolas totalizavam 245 bilhões de dólares). Reagan não deixou de apoiar empresas e bancos em dificuldades: em 1984, quando a *Continental Illinois Bank and Trust* estava próxima da falência, foi socorrida. O imperialismo dos EUA favorecia as grandes corporações de diferentes maneiras, desde a enorme lucratividade da indústria armamentista, até a desestabilização dos governos considerados “hostis” (que não adotam políticas favoráveis às empresas norte-americanas). Daí, por exemplo, o *Wall Street Journal* celebrar no início dos anos 80: “agora que os fuzileiros navais a tornaram segura, Granada é o paraíso dos bancos estrangeiros”.<sup>20</sup>

Os exemplos acima mostram que os EUA e os demais países centrais queriam abertura comercial e recuo estatal “dos outros”, não sendo minimamente fieis ou coerentes com as idéias neoliberais que pregavam – ou, mais precisamente, impunham – em outros países. Como lembra Noam Chomsky, “a austeridade pode ser o remédio certo para os camponeses latino-americanos, para trabalhadores poloneses e para o povo esquecido do

<sup>19</sup> SADER, Emir e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo II*. Petrópolis: Vozes, 1999.p.126.

<sup>20</sup> Apud CHOMSKY, Noam. *O lucro e as pessoas?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.p.43, CHOMSKY, Noam. *Ano 501*, a conquista contínua. São Paulo: Scritta Editorial, 1993, p.124, 93 e 94.

centro-sul de Los Angeles; mas não para as pessoas que contam”. Se houve desmantelamento da ação estatal, esta ocorreu fundamentalmente no campo dos direitos sociais e trabalhistas.<sup>21</sup>

Nas páginas a seguir, veremos a luta de determinados grupos sociais pela implementação do neoliberalismo no Brasil dos anos 80, bem como das associações que defendiam projetos político-sociais a partir da perspectiva das classes subalternas.

## **I - Sociedade civil do Brasil no final dos anos 80: arena da luta de classes**

Comparado a outros países da América Latina, o neoliberalismo começou a ser implementado “tardiamente” no Brasil. Um estudo de um economista do Banco Mundial de 1997 colocava o país entre os “reformadores tardios”, atrás dos “pioneiros” (que incluíam Chile e México) e “reformadores de segunda geração” (como Equador).<sup>22</sup>

Porém, a partir de meados da década de 70, começaram a aparecer com mais consistência associações empresariais que reclamavam da presença do Estado na economia. Durante o governo Geisel (1974-79), alguns setores empresariais protestaram contra o que consideravam a “estatização da economia”. Em 1978, empresários paulistas e gaúchos lançaram o “Documento dos Oito”, defendendo a redução do papel do Estado na esfera econômica. Já sob governo Figueiredo (1979-85), a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) passaram a reivindicar abertura comercial e privatizações.<sup>23</sup>

A redemocratização, em fins dos anos setenta, era marcada por recessão econômica, elevados índices inflacionários, endividamento crônico do Estado e gradativa perda de legitimidade da ditadura militar. Diferentes setores do empresariado, até então contemplados pelas políticas do regime, passavam a disputar os recursos públicos, a partir de então mais

---

<sup>21</sup> CHOMSKY, Noam. *Ano...*op.cit.p.93 e 94

<sup>22</sup> PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco...*op.cit.p.295.

<sup>23</sup> CRUZ, Sebastião Velasco. *Estado e economia em tempo de crise*. São Paulo: Unicamp, 1997.p.56, DREIFUSS, René Armand. *O jogo da direita*. Rio de Janeiro: vozes, 1989.p.41.

limitados. Ao mesmo tempo, setores populares se mobilizavam e demandavam políticas sociais. Foi nessa conjuntura que diferentes associações das classes dominantes passaram a criticar o tipo de intervenção do Estado na economia e reivindicar mais liberdade de ação para o capital privado.<sup>24</sup>

Principalmente no contexto da Constituinte (1987-1988), amplos setores empresariais abraçaram o neoliberalismo. O empresariado promoveu grande mobilização, criando diversas associações para expressar suas demandas durante os trabalhos dos constituintes. Uma delas foi a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES), criada em 1980. De acordo com seu presidente, Renato Ticoulat, a CEDES tinha a função de mostrar que “neoliberalismo não era capitalismo selvagem, (...) mas uma alavanca de desenvolvimento social”. Em maio de 1985, presidentes de 25 federações empresariais, em declaração conjunta, afirmaram que se preparariam “para a eleição dos constituintes, procurando eleger uma maioria pró-livre iniciativa”. A Confederação Nacional de Instituições Financeiras, fundada no mesmo ano, lançou manifesto em favor da livre iniciativa e redução da presença do Estado na economia.<sup>25</sup>

Diversas outras entidades empresariais poderiam ser citadas. Em 1988, foi criado o Instituto Nacional de Altos Estudos, organizador do Fórum Nacional (FN), que buscou, de acordo com Carla Silva, “pautar, organizar e gerenciar o sistema do capital no Brasil”. O FN elaborou programas de cunho neoliberalizante para diferentes segmentos do empresariado.<sup>26</sup>

O Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN), organizado em 1987, reunia militares, empresários e ativistas conservadores em geral. Era presidido por Herbert Levy (do jornal *Gazeta Mercantil*, ex-UDN e ex-IPES) e contou com apoio de Roberto

---

<sup>24</sup> FONTES, Virgínia. “A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980 IN NEVES, Lúcia e LIMA, Júlio (orgs). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

<sup>25</sup> DREIFUSS, René Armand. *O jogo...* op.cit.p.52, 57 e 130.

<sup>26</sup> SILVA, Carla L. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Tese de doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.p.70.

Marinho e das Organizações Globo. O Conselho Estadual de São Paulo da MCRN tinha a presença de vários empresários, como Lázaro Brandão (Bradesco), Mário Amato (Grupo Springer; presidente da FIESP), José Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim) e Victor Civita (Editora Abril). O MCRN difundia um discurso moralizante (anticorrupção) e antiestatizante – que mais tarde viria a ser utilizado por Fernando Collor de Mello. Um ano antes, foi criada a União Brasileira de Empresários (UB), que visava sincronizar a ação das entidades das várias frações das classes dominantes. A UB congregava várias entidades patronais como a Confederação Nacional das Industriais (CNI), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Confederação Nacional do Comércio (CNC).<sup>27</sup>

A Federação das Industriais de São Paulo (FIESP) passou de posições favoráveis à intervenção estatal, no início dos anos 80, para posturas pró-neoliberalismo no fim da década. Os setores da FIESP mais próximos do ideário neoliberal eram aqueles vinculados à agro-exportação, ao capital comercial e financeiro e às empresas estrangeiras. Tais grupos tinham intelectuais com passagens pelos governos militares e presença em instituições de ensino na área de economia e administração, como USP e FGV. Em 1990, a FIESP lançou o livro “Livre para crescer” – do qual trataremos mais adiante – que mostrava a preponderância dos neoliberais na entidade.<sup>28</sup>

Na propagação de valores neoliberais, também foram importantes os Institutos Liberais, fundados a partir de 1983. Como explicou seu presidente, Jorge Simeira Jacob (grupo Arapuá/Fenícia), o objetivo da instituição era “fazer a cabeça” dos representantes do capital. Os Institutos Liberais têm como patrocinadores diversas empresas como Votorantim, Carrefour, Nestlé, Banco de Boston, Citibank, Banco Itaú e Unibanco.<sup>29</sup>

<sup>27</sup> DREIFUSS, René Armand. *O jogo...* op.cit.p.256, 62, 157 e 200.

<sup>28</sup> BIANCHI, A. *O Ministério das indústrias*. A federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Tese de doutorado em História. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.p.188 e 219.

<sup>29</sup> Apud DREIFUSS, René Armand. *O jogo...* op.cit.p.56; BIANCHI, A. *O Ministério...* op.cit.p.189.

Com o intuito de mostrar como as idéias neoliberais se disseminavam entre amplos setores das classes dominantes, trataremos a seguir, sucintamente, dois documentos: “Livres para crescer”, lançado pela FIESP no início de 1990 e “Reforma Econômica para o Brasil”, do Grupo Pão de Açúcar, de fins de 1989.<sup>30</sup>

Os dois textos reforçaram a gritaria empresarial contra a ação do Estado na economia. Segundo o documento da FIESP, o Estado era “falido, ineficiente e gigantesco”. Tratar-se-ia de um “Estado cartorial” que beneficiaria uma minoria “em detrimento da sociedade como um todo”. No prólogo do documento do Grupo Pão de Açúcar (GPA), Abílio Diniz manifesta seu protesto contra a desigualdade brasileira, onde de um lado há os “privilegiados funcionários públicos das empresas estatais” e de outro a maioria de miseráveis. Diniz acrescenta: “muito pouca gente sabe que o grande culpado pela má distribuição de renda no país é o governo”. Conforme o texto do GPA, “estavam esgotadas as capacidades de investimento do Estado e encerrado o ciclo de industrialização por substituição das importações”.<sup>31</sup>

Os dois textos defendem as privatizações, com participação das empresas estrangeiras nos leilões, a desregulamentação das leis trabalhistas, a autonomia do Banco Central e a abertura ao comércio exterior – o documento da FIESP, de um lado, considera o protecionismo brasileiro “doentio”, de outro, reconhece que a liberalização prejudicará alguns setores, como vestuários e calçados, que “deverão desaparecer”.<sup>32</sup>

Para solucionar a crise econômica, propunha-se a resposta capitalista clássica: intensificar a exploração sobre a força de trabalho. A publicação do GPA ressaltava a necessidade de ampliação da produtividade, sem a qual aumentos salariais estavam descartados. O documento da FIESP foi mais detalhista quanto a essa prescrição: propôs

---

<sup>30</sup> *Livres para crescer*, Documento FIESP. São Paulo: Editores Associados, 1990; DINIZ, Abílio (coord). *Reforma Econômica para o Brasil: anos 90*. São Paulo: Nobel: Grupo Pão de Açúcar, 1990.

<sup>31</sup> *Livres...op.cit.p.28, 31 e 127*, DINIZ, Abílio (coord). *Reforma...op.cit.p.7, 9, 206, 41 e 22*.

<sup>32</sup> DINIZ, Abílio (coord). *Reforma...op.cit.p.210 e 32*, *Livres...op.cit.p.215, 226, 201 e 206*.

“uma economia de guerra” por cerca de dois anos, onde “todos terão que trabalhar mais horas”. A “cota de sacrifícios” incluía a eliminação dos cerca de vinte feriados e pontos facultativos; trabalhos aos sábados e ampliação da jornada de trabalho para 48 horas. O texto acrescenta que tais medidas poderiam (talvez!) gerar “graduais aumentos de salários”.<sup>33</sup>

Os documentos da FIESP e do Grupo Pão de Açúcar demonstram como, em fins dos anos 80, diversos setores do capital afinavam-se com o “receituário” neoliberal. Naturalmente, a adesão a tal projeto não excluía as exigências por controle estatal sobre os sindicatos dos trabalhadores, nem a permanência da generosa política de apoio a indústria. Para citar um exemplo, entre 1973 e 1985, a média anual de “renúncia fiscal” (isenções, subsídios e outros benefícios) era de 11 bilhões de dólares.<sup>34</sup>

A crítica ao tipo de intervenção estatal que vinha sendo feita até então tinha uma dupla vantagem para o empresariado. De um lado, abriria caminho para as privatizações, que viriam a criar novas possibilidades para a acumulação de capital. De outro, tirava do foco a desigualdade na distribuição da renda e da propriedade. Afinal, conforme a visão de amplas frações das classes dominantes, a responsabilidade pela miséria não seria delas próprias, mas do Estado e de seus *bons vivans* funcionários públicos. O empresariado seria tão oprimido quanto o “povo” por esse “gigante” que era o Estado. As reais contradições da sociedade terminavam por ficar ocultas. Entretanto, havia aqueles que procuravam desmascará-las, como veremos a seguir.

A virada dos anos 70 para os 80 não foi marcada somente pela mobilização dos grupos dominantes. Principalmente a partir de 1978, houve avanço das lutas populares no Brasil, em contraste com o resto do mundo, que vivia tempos de refluxo. Os movimentos grevistas expressavam essa mobilização das classes subalternas – em 1989, o país se tornava campeão mundial em número de greves. Foram organizadas quatro greves gerais (1983, 1986,

---

<sup>33</sup> Id. Ibid., pp.258 e 259.

<sup>34</sup> DREIFUSS, René Armand. *O jogo...* op.cit.p.34 e 35.

1987 e 1989) com diferentes níveis de adesão e com reivindicações e temáticas múltiplas, como os planos de estabilização econômica, a questão da dívida externa e a política salarial. No final dos anos 80, ocorria grande renovação das direções sindicais – em 1989, 30% dos dirigentes eleitos estavam ocupando pela primeira vez um lugar na diretoria e 71% dos presidentes assumia sem nunca ter ocupado este posto. Foi em meio a esse revigoramento das lutas sociais que Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, tornou-se nacionalmente conhecido.<sup>35</sup>

Nesse contexto de organização das classes subalternas, foi fundado o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1979, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Em suas origens, as duas organizações, não obstante suas diversidades internas, colocavam-se favoráveis ao socialismo e visavam políticas de caráter redistributivista. O PT pretendia se distinguir das agremiações de esquerda anteriores (PTB e PCB), que teriam sido constituídas de cima para baixo, vinculadas aos sindicatos oficiais corporativistas. O partido buscava se diferenciar pela democracia interna, pelo direito de tendência e, sobretudo, por ser vinculado às bases. O PT privilegiava a organização de classe sobre a representação eleitoral. Era ligado a diversos movimentos sociais, reunindo lideranças sindicais, a Igreja progressista vinculada a Teologia da Libertação e às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), intelectuais de esquerda e ex-integrantes das organizações clandestinas de oposição à ditadura militar.<sup>36</sup>

A CUT não tinha um horizonte limitado a questões salariais. Incluía em suas bandeiras questões como o não pagamento da dívida externa, a estatização do sistema financeiro, a reforma agrária, críticas à estrutura sindical oficial e à CLT e a oposição às políticas propostas pelo FMI e às privatizações das estatais. Defendia uma ação sindical

---

<sup>35</sup> GIANNOTTI, Vito. *Força Sindical, a central neoliberal*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p.35, MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p.80, BOITO JUNIOR, Armando. *Política neoliberal e o sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999, p.133.

<sup>36</sup> FONTES, Virgínia Maria. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005, p.286 e 272.



combativa e de confronto, de cunho classista e com perspectiva socialista. Daí a central sindical colocar como seus objetivos gerais, em um texto de 1985, a abolição de “todas as formas de dominação e [...] exploração do homem pelo homem”. Porém, a partir do III Congresso da CUT de 1988 e, sobretudo, do IV Congresso de 1991, a CUT viria a moderar sua orientação política.<sup>37</sup>

A CUT e o PT foram atuantes no contexto da redemocratização, na campanha das Diretas Já e na Constituinte de 1988. Nesta última, apresentaram propostas de emenda de “iniciativa popular”, com assinaturas de milhões de pessoas. Importantes conquistas foram obtidas, como a redução da jornada de trabalho semanal e a legalização dos sindicatos dos funcionários públicos. A Constituição de 1988 criou entraves para as leis anti-grevistas do período da ditadura civil-militar e proibiu a intervenção do poder público nos sindicatos. Porém, as esquerdas não conseguiram instituir uma legislação que promovesse a reforma agrária.<sup>38</sup>

O PT e a CUT não eram as únicas organizações de caráter popular que se formavam. Em 1984, fundava-se o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Tais entidades tinham projetos sociais muito diferentes daqueles propugnados pelas classes dominantes. Visava-se universalizar políticas sociais e fortalecer perspectivas anticapitalistas – ainda que não definissem com precisão que tipo de socialismo defendiam. Entretanto, nem todas as associações ditas “dos trabalhadores” eram contrárias ao capital e ao neoliberalismo.

O empresariado vinha procurando estimular – ou mesmo criar – interlocutores “confiáveis” entre os trabalhadores. Em 1986, fundava-se a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), cujos principais nomes eram Antônio Magri e Luiz Antônio Medeiros. Defendia-se o “sindicalismo de resultados”, de “conciliação”, adepto do capitalismo de livre

---

<sup>37</sup> TUMOLO, P. *Da contestação à conformação*. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.p.17, Apud ALMEIDA, Gelson R. *História...op.cit*.p.121.

<sup>38</sup> FONTES, V. e MENDONÇA, S. R. *História do Brasil Recente*, 1964-1992. São Paulo: Ática, 1994.

mercado. Várias falas de seus líderes revelam os posicionamentos do CGT. Magri, em 1988 em oposição à estabilidade no emprego, declarou: “se é para matar os empresários, é melhor pegar a metralhadora e fazer o serviço”. Magri (1987): “acho que a privatização é necessária (...) para desmontar o Estado Cartorial”. Medeiros (1987): “o capitalismo venceu e os trabalhadores querem o capitalismo”. Medeiros (1988): “se o capital estrangeiro deixar o país, faço greve”. Finalizando os exemplos, Medeiros (1996): “vamos dar uma cacetada sem dó nem piedade no servidor público”.<sup>39</sup>

Em seguida à eleição de Fernando Collor, Magri seria nomeado Ministro do Trabalho e se empenharia em criar uma nova central sindical. Sob sua orientação, o Ministério do Trabalho fortaleceu o “sindicalismo de resultados”, concedendo-lhe 132 cartas sindicais entre 1990 e 1992 – no mesmo período, entidades ligadas à CUT receberam apenas 13. Tais esforços levaram a criação, em 1991, da Força Sindical, que obteria fartos recursos do governo Collor e teria uma lista de empresas “patrocinadoras”, como Souza Cruz, White Martins e Brasinca Industrial.<sup>40</sup>

Os defensores do “sindicalismo de resultados” eram abertamente favoráveis ao neoliberalismo e foram importantes para diminuir o poderio das entidades contrárias a esse projeto. Considerados confiáveis pelo capital, seus integrantes, como Magri e Medeiros, tinham amplo espaço nos meios de comunicação. Medeiros, em uma única semana de setembro de 1991 apareceu quase três horas em programas de televisão.<sup>41</sup>

A análise do Brasil dos anos 80 demonstra como sociedade civil se constitui numa complexa arena da luta de classes. Como vimos anteriormente, diversos segmentos das classes dominantes aglutinavam-se em torno do antiestatismo e procuravam construir uma hegemonia neoliberal. Atuando através de vários aparelhos privados de hegemonia, o

<sup>39</sup> GIANNOTTI, Vito. *Força...* op.cit.p.42, 74 e 51, BOITO JUNIOR, Armando. *Política...* op.cit.p.227.

<sup>40</sup> GIANNOTTI, Vito. *Força...* op.cit.p.83 e 157, DREIFUSS, René Armand. *O jogo...* op.cit.p.67.

<sup>41</sup> GIANNOTTI, Vito. *Força...* op.cit.p.64.

empresariado tentava obter direção intelectual e moral sobre os demais grupos sociais em torno de valores que exaltavam o mercado. Nessa arena, também atuavam associações das classes subalternas com horizonte contra-hegemônico, questionando as bases sob as quais se assentava a sociedade de classes brasileira e procurando apontar soluções anticapitalistas.

Tais forças sociais se enfrentaram nas eleições presidenciais de 1989, especialmente no segundo turno. De um lado, Fernando Collor e a quase totalidade das associações patronais defendendo o projeto neoliberal. De outro, Lula e uma miríade de associações vinculadas às classes subalternas com propostas voltadas para a reestruturação social do país e maior igualdade social. Conforme Chomsky, “as diferenças entre os dois candidatos podiam ser detectadas sem microscópios”. Para Francisco de Oliveira, “o segundo turno eleitoral foi uma guerra de classes”. A vitória de Collor, com decisivo papel da grande mídia, abriu caminho para adoção do neoliberalismo nos anos 90. Paralelamente, as associações das classes trabalhadoras, como PT e CUT, foram moderando suas críticas ao projeto neoliberal ao longo da década.

\* \* \*